

A CONTRA-PRODUÇÃO DO ESPAÇO

entre configurações capitalistas do espaço e configurações socioespaciais insurgentes na Amazônia brasileira

RESUMO GERAL

O objetivo desta Sessão Livre é refletir criticamente sobre a tensão entre as configurações capitalistas do espaço e a construção de configurações socioespaciais alternativas na Amazônia brasileira. Partindo da abordagem de David Harvey (2005) sobre a relação entre ajuste temporal e espacial, afirma-se que a produção capitalista do espaço periférico é marcada por um fenômeno específico, a expansão da fronteira do capital. Argumenta-se que essa expansão funciona como um fator de des-re-configuração territorial, subtraindo recursos humanos e naturais, solapando as tentativas de dar “coerência estruturada” à região e, simultaneamente, moldando a ação do Estado em prol da dominação das relações espaciais capitalistas.

A discussão sobre a tensão entre configuração/des-re-configuração tem como base a análise acerca do avanço da fronteira do capital na Amazônia. Para além de outros sentidos igualmente válidos para conceber a expansão da fronteira na Amazônia, concentramo-nos em entendê-la por meio da acepção original de Milton Santos (2007) sobre o espaço, qual seja, uma “acumulação desigual de tempos”. Neste sentido, o espaço regional amazônico exibe duas faces de um mesmo processo de des-re-configuração, uma estruturada para o capital e outra alternativa encampada pelos povos e populações do campo. Dessa maneira, busca-se relacionar o movimento da fronteira do capital à criação de conflitos em torno da terra e à territorialização de sujeitos não hegemônicos, ou seja, à contra-produção do espaço (Moreira, 2014).

Corrêa (2011) nos fornece o significado apropriado ao fenômeno da fronteira do capital, ao expressar o sentido conflituoso e violento da sua dinâmica material e simbólica dentro do processo de integração (multiescalar), reproduzindo as relações de dependência internamente (escala nacional e subnacional) e externamente (internacional).

A integração real, segundo Corrêa (2011), se dá pela “apropriação dos recursos naturais” (sendo a terra entendida como uma reserva de valor), pela “dizimação física e cultural da base social prévia” (a dilapidação da floresta sendo expressão material da dizimação social), pelas “correntes migratórias para a região” (sendo decorrentes dos processos de modernização e exclusão social em outras regiões), pelos investimentos pontuais de capital (infraestrutura física), pela “integração ao Centro-Sul” (implicando na desestruturação econômica da região), pelos “diferentes tipos de conflitos sociais” (antagonismo entre a reprodução do capital e a reprodução social das populações amazônicas) e pelo fato, segundo o autor, “de que há ainda muito espaço a ser ocupado, muitos recursos a serem dilapidados, e muito conflito social a ser desenvolvido”.

A interpretação da produção de uma fronteira capitalista na Amazônia, ao longo dos anos 1970 e 1980, envolvendo suas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas, gerou amplos debates. Cabe ressaltar, a partir de Oliveira Filho (1979), que além da reflexão sobre o conjunto de agentes em

deslocamento e de processos atuando como atratores na fronteira, é importante ter-se em conta simultaneamente os fatores de expulsão operando em outros lugares e escalas, que podem ser sintetizado como a modernização conservadora da agricultura, expressão da derrota da reforma agrária e atualização do pacto em torno da grande propriedade (Delgado, 2012), com suas conseqüentes concentração fundiária e concentração do grau de exploração da terra (Graziano da Silva, 1999, p. 116). A produção da fronteira capitalista, portanto, também pode ser entendida como um deslocamento do pacto latifundiário nacional.

Desse debate, é fundamental reter três pontos sobre a fronteira amazônica nas décadas de 1970/1980. Em primeiro lugar, a intensidade da migração para a região que, apesar de não começar com a abertura das estradas e dos programas governamentais de 'integração nacional', ampliou-se profundamente. Em segundo lugar, o caráter heterogêneo da composição de grupos sociais que se deslocaram, em função de suas regiões originárias e identidades culturais, dos motivos de saída dessas regiões de origem, das suas perspectivas e projetos na região de chegada e, por fim, das condições objetivas de realização desses projetos e das estratégias sociais, pessoais e coletivas que adotaram. Em terceiro lugar, a conflitividade que esse encontro de heterogeneidades produziu, tendo como eixo central a luta pela terra, expressão do deslocamento do pacto latifundiário e as múltiplas resistências a ele.

No momento atual, a expansão do processo de acumulação de capital no bioma amazônico brasileiro é resultado das novas determinações da expansão produtiva pós anos de 1980, derivadas das políticas anteriores de ocupação estabelecidas pela ditadura militar, e que foram praticadas dali em diante por conta das necessidades impostas pelas alterações na ordem econômica mundial a partir de 1970, em que a função básica exercida pela fronteira agromineral é tornar-se um espaço que recebe excedentes de força de trabalho e de capital, mas cujos novos condicionantes frente à ordem capitalista mundial, passou por processos de estrangulamentos derivados da crise da dívida no passado e que, no presente, passa a promover um tipo de expansão capitalista no território prisioneiro de uma lógica de extorsão rentabilizável à curto prazo.

Nossa proposta é trazer ao debate três elementos chaves: as perspectivas sobre o processo de des-re-configuração, vinculado à expansão da fronteira amazônica pelo capital, fazendo, em seguida, seu contraponto, trazendo à tona a dinâmica de territorialização dos sujeitos não hegemônicos, a fim de tratar de forma direta das possibilidades de gerar configurações territoriais alternativas, respaldadas em temporalidades diferentes de ação no território que consideram a luta socioespacial acumulada no tempo ou como uma contra-produção do espaço.

Nesse sentido, a sessão propõe a abertura de uma agenda de pesquisas que contemple a territorialização dos sujeitos não hegemônicos, que resistem à desterritorialização que lhes é imposta pela produção capitalista no espaço amazônico e que identificam na luta pela terra uma disputa pela configuração de territórios insurgentes.

1- DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO PERIFÉRICO: O ESPAÇO COMO TEMPO ACUMULADO NA LUTA DE CLASSES

O objetivo desta palestra é apresentar, de forma sintética, alguns marcos analíticos sobre a fronteira do capital na Amazônia brasileira, buscando qualificar um entendimento para que seja debatido durante a sessão. Considera-se que a dinâmica da desigualdade espacial contém sujeitos com temporalidades diferentes de ação. O tempo, como luta social acumulada, importa. Se a cidade estranha a região e esta aliena-se ao capital, a atividade que ali se realiza “não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam” (Santos, 2007, p. 29). O espaço torna-se aquilo que reúne e separa, cria distâncias de classe e, portanto, aparece fragmentado (sem coerência, estilhaçado), mas é também espaço de luta de classes. A luta social requer, nesse sentido, acúmulo de tempo para criar sentido espacial e possibilidades de configurações alternativas através dos sujeitos não e/ou contra hegemônicos.

2- AS VEIAS ABERTAS PARA A EXPANSÃO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA

O objetivo desta palestra é discutir os processos por meio dos quais projetos de corredores logísticos, visando a “anular o espaço pelo tempo”, incidem sobre territórios de fronteira. Entre as colheitadeiras do Mato Grosso e seu uso majoritário como ração animal na China, a soja percorre um longo caminho e precisa fazê-lo ao menor custo, reduzindo o tempo de seu deslocamento no espaço. Resulta desse movimento o projeto de transformação do Tapajós na “nova rota da soja”. Para o agronegócio, trata-se da promessa de circulação fluida, um corredor de exportação prioritário, que tem largado na frente na disputa com outras rotas. Para a geopolítica de infraestrutura chinesa, é parte da estratégia de assegurar rotas estáveis de suprimento de commodities estratégicas e, ao mesmo tempo, mais um destino para a realização do massivo ajuste espaço-temporal de seus capitais sobreacumulados. Inscritos na materialização desse corredor logístico estão os inevitáveis e conflitivos encontros de temporalidades e racionalidades, produzindo tensões territoriais.

3- ESPAÇOS DE EXCEÇÃO: OS GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA

O objetivo desta palestra é discutir os grandes projetos de mineração na Amazônia como dispositivos territoriais capazes de suspender, em termos políticos, jurídicos e normativos, toda a complexidade e diversidade territorial dos espaços nos quais se instalam. Pensados para desencadear uma atividade econômica historicamente tratada como de interesse e segurança nacional, a mineração, e por meio de dispositivos políticos, os grandes projetos, que se realizam, via de regra, por processos de suspensão normativa e excepcionalidade jurídica, esses grandes empreendimentos expressam uma racionalidade corporativa de governo do território na Amazônia, que se realiza por práticas subterrâneas que tornam a política uma guerra e a exceção uma regra. A província mineral de Carajás é tratada como paradigma de compreensão da expansão capitalista na Amazônia.

4- CONTRA-PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A DISPUTA PELA CONFIGURAÇÃO E SENTIDO DO TERRITÓRIO

Dialogando com a perspectiva de Milton Santos, de que os lugares são sempre um acúmulo desigual de tempos, portanto plenos de diferentes temporalidades e territorialidades, Porto-Gonçalves (2008) vê a singularidade do espaço amazônico atual como a resultante da combinação de seus tempos geológicos, geomorfológicos, arqueológicos, antropológicos e históricos. Pode-se considerar a luta pela terra de diferentes povos do campo, que se territorializa por meio das terras indígenas e assentamentos de reforma agrária, como parte das lutas mais gerais de resistência à mercantilização total da vida. Indo além, abrem possibilidades de existência no território de elementos de sistemas sociais e culturais em que trabalho – vida humana e terra – natureza são indissociáveis, não apenas como resquícios pretéritos, mas como elementos de um sistema socioespacial presente, que atua não apenas como um bloqueio à coerência estruturada pelos interesses da acumulação de capital, como também como embrião de possibilidades de uma estruturação alternativa. Nesse sentido, da luta pela terra, imprimem uma disputa pela configuração e sentido do território e possibilidades de produção de um contra-espaço.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. A organização regional do espaço brasileiro. In: CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- HARVEY, David. **Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MALHEIRO, Bruno Cezar. Geografias de exceção e grandes projetos de mineração na Amazônia Uma análise dos processos de territorialização corporativos da empresa Vale na província mineral de Carajás-Pará-Brasil. In: NOGALES, Neyer *et al.* **Amazonía y expansión mercantil capitalista. Nueva frontera de recursos en el siglo XXI**. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO; La Paz: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario-CEDLA, 2021.
- MOREIRA, Ruy. **A Formação Espacial Brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O ‘caboclo’ e o ‘brabo’: notas sobre duas modalidades de incorporação da força de trabalho na expansão da borracha no vale amazônico no século XIX. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.11, p.101-140, 1979.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (Editora UFPR), n. 17, p. 21-31, jan./jun. 2008.

SANTOS, Diana Aguiar Orrico **As veias abertas para a expansão do capital: tensões territoriais no projeto de transformação do Tapajós em corredor logístico**. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, 2019

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da USP, 2007.